

**OF.768/2021**

Belo Horizonte/MG, 22 de novembro de 2021.

**Ilmo. Sr.**

**Fábio Bacheretti**

**Secretário Estadual de Saúde**

**SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS**

**C/C**

**Ilma. Sra.**

**Renata Ferreira Leles Dias**

**Presidente - FHEMIG**

**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**C/C**

**Ilma. Sra.**

**Luísa Barreto**

**Secretária de Estado de Planej. Gestão Minas Gerais**

**SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS**

Prezado Senhor,

O Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais – SINMED-MG, associação sindical regularmente registrada no Ministério do Trabalho, inscrita no CNPJ 17.506.890/0001-00, com sede na Avenida do Contorno, n.º4999, Bairro Serra, CEP: 30.110-030, Belo Horizonte – MG, representado neste ato por seu Diretor-Presidente, Dr Jordani Campos Machado, vem por meio do presente, submeter a consideração de V.S.<sup>a</sup> as reivindicações não atendidas dos médicos servidores do Estado de Minas Gerais, conforme deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada no último dia 17 de novembro do ano corrente.

**PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES 2021:**

- Déficit salarial: Os médicos da FHEMIG estão sem reajuste salarial desde 2014, com cálculo do DIEESE que até outubro de 2021, a defasagem salarial média pelos índices IPCA e INPC já está

acumulada em 50,55 %. Além deste déficit importante, houve impacto do aumento da alíquota da Previdência, elevando o déficit salarial para mais de 55%, que reflete o processo de desvalorização da carreira pública dos médicos. Os médicos cobram do Governo a proposta de reajuste salarial.

- Incorporação da ajuda de custo ao vencimento-base: Os médicos e o Sinmed já têm ciência de que a incorporação propriamente dita desta verba de natureza indenizatória não tem amparo legal, porém, o recurso se tornou um importante componente do salário, logo solicita-se sua manutenção e um projeto de lei que possa torná-lo permanente e mais abrangente, para todos os médicos, mesmo os diaristas.
- Realização de concurso público para preenchimento de vagas: Embora a SES, SEPLAG e FHEMIG, quando questionadas sobre o tema, sempre respondam que as reposições estão sendo feitas, dentro dos limites da LRF, o relato dos médicos presentes na AGE é de que as reposições não são feitas proporcionalmente à saída dos profissionais. O Contrato Administrativo se mostra um instrumento de combate imediato ao déficit e foi muito utilizado na pandemia, porém não há garantia da renovação, até pelos limites legais, gerando alta rotatividade e falhas na escala, com sobrecarga de trabalho e riscos assistenciais. Foi destacada a situação dos hospitais João XXIII, Maternidade Odete Valadares e Hospital Infantil João Paulo II, com grandes déficits na escala sem reposição. Sabendo das limitações por 2022 ser ano eleitoral, cobramos o plano da FHEMIG para realização do Concurso Público.
- Concurso do Hospital Infantil João Paulo II: Teve sua extensão prorrogada até março de 2020, mas desde 2019 não havia convocação pelo Governo, mesmo com déficit atual documentado de 14 médicos de 24 horas. Com a justificativa da pandemia, o Governo poderia prorrogar a validade do concurso e convocar os profissionais de forma a recompor o quadro assistencial da unidade, preferencialmente antes do pico sazonal de doenças respiratórias, que inicia em fevereiro de 2022. Na impossibilidade de convocação do concurso, os médicos solicitam renovação dos Contratos Administrativos em vigência, pois muitos vêm sido desligados, ou a apresentação do plano de contratos de urgência para o período sazonal.
- Manutenção do pagamento da GETESP a todos os servidores médicos do Estado que trabalham em áreas assistenciais; a medida se justifica uma vez que os médicos da AGE relataram que ainda estão sendo detectados muitos casos de Covid-19 em todas as unidades.
- Pagamento dos valores retroativos da GETESP para médicos que atuaram no enfrentamento à pandemia desde o início, mas não estavam recebendo a gratificação por falhas na avaliação da gestão. Estas situações estão documentadas na frente de atuação do Sinmed junto à DIGEPE-FHEMIG, na Mesa Permanente de Negociação Sindical.



- Verificação da evolução das reformas estruturais, obedecendo prioridades, como é o caso da Maternidade Odete Valadares – MOV, Hospital Infantil João Paulo II e Hospital João XXIII. Médicos do HIJPII relataram condições precárias de trabalho pelos graves problemas de estrutura física da unidade, com danos em portas, paredes, rede elétrica, refeitório, banheiros, infiltrações, goteira, falta de quarto de descanso médico, falta de estetoscópios na UTI, dentre outros.
- Retomada da discussão da reformulação do plano de carreira de médico do Estado de MG, unificando carreiras da FHEMIG, HEMOMINAS, SES e Peritos da SEPLAG, facilitando as progressões que valorizam a evolução do servidor com base em escolaridade, educação continuada, participação em comissões, colegiados, coordenações, gestão, preceptoria, projetos de extensão comunitária, pesquisa clínica, educação, treinamento e avaliações de desempenho.
- Transparência da FHEMIG na publicização de seu planejamento estratégico e garantia de manutenção de suas atividades assistenciais sem redução de serviços à população. Garantia de manutenção do Pronto-Atendimento e Ambulatório de Doenças Raras do HIJPII; garantia de manutenção da MOV com condições de funcionamento, bem como do HAC e IRS.
- Compromisso da FHEMIG de não retomar o processo de parceria com iniciativa privada e transferência de gestão às Organizações Sociais ou empresas terceirizadas, que poderia levar a precarização ainda maior das condições de trabalho, remuneração e carreira dos médicos.

Dessa forma, solicitamos a V.Sa. retorno urgente quanto aos pontos acima elencados, visando sanarmos demandas que são de extrema relevância e afetam todos os médicos servidores do Estado de Minas Gerais.

Por fim, elucidamos que os profissionais médicos aguardam com natural ansiedade este retorno já que os presentes na referida assembleia sinalizaram intenção de movimento paredista em janeiro de 2022 caso a reivindicações apontadas não recebam o devido tratamento, ocorrendo aprovação de indicativo de paralisação por voto de 95 % dos médicos presentes na AGE.

**Certo de contar com o eficaz atendimento de V.Sa., o SINMED-MG agradece a atenção dispensada e aguardo retorno no prazo máximo de 21 (vinte e um) dias. Reiteramos que este sindicato aguarda definição da SES, SEPLAG e FHEMIG quanto a remarcação de reunião para alinhamento da entidade com os órgãos do Governo acerca desta pauta de reivindicações.**

Atenciosamente,

**Jordani Campos Machado – Diretor Presidente**

**Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais – SINMED-MG**